



Planejamento Governamental, Financiamento e Eficiência das Políticas Públicas de Segurança na Amazônia

Government Planning, Funding, and Efficiency of Public Security Policies in the Amazon

Daniel dos Santos Vieira

Graduado em Tecnologia em Produção Pesqueira – Universidade Estadual do Amazonas

Resumo: A Amazônia, com suas particularidades territoriais, culturais e socioeconômicas, impõe desafios singulares à implementação de políticas públicas de segurança. A articulação entre planejamento governamental, financiamento público e gestão eficiente é um dos principais gargalos para o fortalecimento de uma segurança cidadã e sustentável. Este estudo analisa, sob um enfoque interdisciplinar e regional, como o planejamento e a alocação orçamentária influenciam a efetividade das políticas de segurança pública na Amazônia, com base em estudos de autores da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e da Universidade Federal do Pará (UFPA). A pesquisa, de caráter qualitativo e descritivo, utiliza revisão bibliográfica, análise documental e estudos comparativos. Os resultados indicam que a fragmentação institucional e a ausência de integração orçamentária entre os entes federativos comprometem o alcance das metas previstas nos Planos Plurianuais (PPAs) e na execução das políticas de prevenção à violência. O estudo propõe um modelo de governança cooperativa, baseado em planejamento integrado e financiamento compartilhado, como caminho para a consolidação de uma política pública de segurança efetiva, transparente e cidadã na Amazônia.

Palavras-chave: segurança pública; políticas públicas; orçamento público; Amazônia; planejamento governamental.

Abstract: The Amazon, with its territorial, cultural, and socioeconomic particularities, presents unique challenges to the implementation of public security policies. The coordination between governmental planning, public financing, and efficient management constitutes one of the main bottlenecks to strengthening a citizen-centered and sustainable security system. This study analyzes, from an interdisciplinary and regional perspective, how planning and budget allocation influence the effectiveness of public security policies in the Amazon, based on studies conducted by scholars from the University of the State of Amazonas (UEA), the Federal University of Western Pará (UFOPA), and the Federal University of Pará (UFPA). The research, qualitative and descriptive in nature, employs bibliographic review, documentary analysis, and comparative studies. The results indicate that institutional fragmentation and the lack of budgetary integration among federative entities undermine the achievement of the goals established in the Multi-Year Plans (PPAs) and in the implementation of violence prevention policies. The study proposes a model of cooperative governance, grounded in integrated planning and shared financing, as a pathway toward the consolidation of an effective, transparent, and citizen-oriented public security policy in the Amazon.

Keywords: public security; public policies; public budget; Amazon; governmental planning.

INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira é uma das regiões mais complexas e desafiadoras do ponto de vista geopolítico, econômico, social e administrativo. Composta por nove estados e um mosaico de milhares de comunidades ribeirinhas, indígenas, extrativistas e urbanas, a região expressa, de maneira singular, a interdependência entre planejamento estatal, gestão de recursos financeiros e governança pública. Essa interconexão torna-se ainda mais evidente quando se observam as dificuldades históricas de implementação de políticas públicas que considerem a diversidade territorial e as especificidades socioculturais locais.

A complexidade amazônica transcende o plano natural e ecológico — ela é também institucional. A extensão territorial, as distâncias entre os centros urbanos, a precariedade de infraestrutura e a limitação de acesso a serviços públicos tornam o ato de governar um exercício de constante adaptação. Nesse contexto, o planejamento governamental assume papel estratégico, pois é por meio dele que o Estado pode organizar suas ações, priorizar investimentos e racionalizar o uso dos recursos disponíveis. Contudo, apesar de sua importância reconhecida, o planejamento na Amazônia tem sido historicamente marcado por descontinuidades, baixa capacidade técnica e dependência quase total de repasses federais ou estaduais, o que fragiliza sua efetividade e autonomia.

Ao longo das últimas décadas, o debate público e acadêmico sobre segurança no Brasil concentrou-se predominantemente nas dimensões repressivas e no enfrentamento direto à criminalidade urbana, priorizando o policiamento ostensivo e o fortalecimento das instituições de segurança em detrimento da reflexão sobre os aspectos estruturais da gestão. A segurança pública, assim, foi reduzida a um campo de ação imediatista e emergencial, voltado à contenção de crises e não à sua prevenção. Na Amazônia, essa tendência se acentua devido à carência de recursos, às dificuldades logísticas e à dispersão populacional, o que limita a capacidade dos governos municipais e estaduais de planejar políticas integradas e sustentáveis.

O debate sobre eficiência orçamentária e planejamento governamental ainda é tímido, muitas vezes restrito a círculos técnicos da administração pública. Faltam instrumentos institucionais capazes de alinhar os planos plurianuais (PPA), as leis de diretrizes orçamentárias (LDO) e os orçamentos anuais (LOA) às reais demandas territoriais e populacionais. A consequência é um cenário de fragmentação e descontinuidade, no qual os investimentos públicos são frequentemente pulverizados e desconectados de metas de longo prazo. Essa situação afeta diretamente a segurança pública, pois impede que se consolide um modelo de gestão integrada e baseada em resultados, no qual os recursos sejam aplicados com foco na prevenção, na formação e na inclusão social.

De acordo com Zogahib (UEA, 2022), as políticas públicas de segurança na Amazônia sofrem com uma lógica de improviso e reatividade, marcada pela ausência de conexão entre a execução orçamentária e o planejamento estratégico. Em vez de agir de forma coordenada entre as esferas municipal, estadual e federal,

as ações são, muitas vezes, isoladas, descontínuas e orientadas por demandas emergenciais. Isso resulta em políticas que respondem a sintomas e não às causas estruturais da insegurança. Para o autor, a falta de integração entre os entes federativos produz “zonas de sombra administrativa”, nas quais a responsabilidade pela segurança se dilui, e a população fica desassistida.

Monteiro (2020) complementa essa análise ao afirmar que o “planejamento governamental nos municípios amazônicos carece de organicidade e continuidade, dependendo da vontade política e não de políticas de Estado”. Essa constatação revela uma característica recorrente da gestão pública regional: a personalização das decisões administrativas, a rotatividade de técnicos e o enfraquecimento das estruturas permanentes de planejamento. Quando o planejamento deixa de ser institucional e passa a ser político, a execução das políticas públicas se torna vulnerável à alternância de governos, perdendo eficiência e capacidade de resposta.

Essa ausência de planejamento contínuo e de gestão eficiente impede a consolidação de políticas estruturantes, como a formação e qualificação das guardas municipais, o investimento em tecnologia de monitoramento, a adoção de sistemas de informação georreferenciada e a efetiva integração com o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Sem a articulação entre planejamento e financiamento, a segurança pública permanece aprisionada em uma lógica imediatista, na qual a prevenção é substituída pela reação, e a análise técnica cede espaço ao improviso.

É nesse cenário que se insere o presente estudo, cujo propósito é analisar como o financiamento público e o planejamento governamental interagem na construção de políticas de segurança eficientes e sustentáveis na Amazônia. A pesquisa parte da premissa de que a eficiência da segurança pública não se mede apenas pela redução de índices criminais, mas também pela capacidade do Estado de gerir seus recursos de forma racional, estratégica e orientada por resultados. Ao examinar a Amazônia como território de estudo e reflexão, busca-se compreender não apenas os limites impostos pelas condições estruturais, mas também as oportunidades de transformação que podem emergir de uma gestão pública planejada, participativa e financeiramente responsável.

Assim, o estudo propõe uma leitura ampliada da segurança pública, entendendo-a como parte integrante do desenvolvimento regional e da cidadania. A abordagem adotada considera que a eficiência do gasto público, o planejamento estratégico e a governança democrática são pilares inseparáveis para a construção de um novo paradigma de segurança na Amazônia — um paradigma baseado na prevenção, na transparência e na integração interinstitucional. O objetivo, portanto, é contribuir com a discussão sobre os caminhos possíveis para que os municípios amazônicos deixem de ser meros executores de políticas impostas de cima para baixo e passem a ser protagonistas na formulação, gestão e monitoramento das suas próprias políticas de segurança pública.

POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURANÇA CIDADÃ NA AMAZÔNIA

As políticas públicas de segurança, conforme Souza (2006), resultam de um processo político e administrativo que envolve a articulação entre o Estado e a sociedade civil para solucionar problemas coletivos de maneira sistemática e planejada. Trata-se de um campo que expressa a capacidade do Estado em responder às demandas sociais por meio de políticas que integrem ação governamental, participação cidadã e gestão técnica. Na Amazônia, contudo, esse processo adquire contornos singulares, pois é atravessado por variáveis geográficas, culturais e socioeconômicas que dificultam a universalização das ações estatais e impõem a necessidade de políticas públicas adaptadas à realidade regional.

As distâncias imensas entre os centros urbanos, a baixa densidade populacional, a diversidade étnica e a fragmentação institucional criam um contexto em que a atuação do Estado se torna limitada, intermitente e muitas vezes simbólica. Em muitas localidades, a presença estatal é sentida apenas por meio de ações emergenciais, enquanto políticas estruturantes de segurança cidadã permanecem ausentes ou mal implementadas. Nessa perspectiva, a construção de políticas públicas de segurança na Amazônia deve reconhecer e respeitar essa diversidade, incorporando elementos culturais e territoriais ao planejamento e à execução das ações.

Zogahib (2022) argumenta que o modelo tradicional de segurança pública brasileiro — centralizado, verticalizado e de caráter fortemente repressivo — mostra-se ineficiente para a realidade amazônica. Esse modelo, baseado na concentração das decisões nos níveis mais altos da administração, desconsidera as especificidades locais e as dinâmicas sociais próprias dos municípios amazônicos. O autor defende a adoção de um paradigma de segurança cidadã, que se afasta da lógica exclusivamente policial e passa a compreender a segurança como um direito humano essencial, fundado em princípios de prevenção, inclusão social e fortalecimento da cidadania.

Inspirado em Misse (2016), o conceito de segurança cidadã propõe uma mudança de foco: sair do controle repressivo e avançar para uma política de proteção e desenvolvimento social. Essa abordagem entende que a segurança pública não pode ser reduzida à ausência de crimes, mas deve ser avaliada pela capacidade de o Estado garantir condições de vida dignas, oportunidades de trabalho, educação e lazer. Em outras palavras, a segurança cidadã requer uma ação governamental integrada, que promova não apenas a ordem pública, mas também a justiça social.

A segurança cidadã amazônica, nesse contexto, precisa ser compreendida como política de Estado, e não apenas como política de governo sujeita às alternâncias partidárias. Isso implica adotar instrumentos permanentes de planejamento, avaliação e transparência que garantam continuidade e coerência entre as ações. Para que isso ocorra, é fundamental que os programas de segurança pública estejam institucionalizados dentro dos planos plurianuais (PPA) e articulados com outras políticas de desenvolvimento regional.

Loureiro e Maués (2021) destacam que, na Amazônia, o maior desafio é conciliar a proteção ambiental, a segurança territorial e os direitos humanos dentro de uma política integrada de governança pública. Essa interdependência é particularmente relevante em áreas de fronteira, em regiões de exploração de recursos naturais e em territórios onde o Estado disputa espaço com redes ilegais de poder econômico, como o garimpo, o tráfico de drogas e o desmatamento ilegal. Dessa forma, a política de segurança precisa transcender o enfoque policial e incorporar dimensões ambientais e sociais em suas estratégias.

Além disso, é imprescindível reconhecer que as políticas de segurança pública devem dialogar constantemente com outras áreas — como saúde, educação, meio ambiente e assistência social — para que alcancem sustentabilidade e legitimidade. Um projeto de segurança que ignora os determinantes sociais da violência está condenado a ser apenas paliativo. As desigualdades econômicas, o desemprego, o analfabetismo e a precariedade dos serviços públicos são fatores que alimentam a insegurança e a criminalidade. Assim, Trindade (2022) tem razão ao afirmar que “não há segurança pública onde há fome, exclusão e invisibilidade do Estado”. Essa afirmação sintetiza a essência da segurança cidadã: ela é tanto um objetivo quanto um reflexo do desenvolvimento social e da efetividade das políticas públicas.

Outro ponto fundamental é o enraizamento cultural das políticas de segurança, especialmente na Amazônia, onde as identidades locais são marcadas por práticas comunitárias de solidariedade, coletividade e respeito à natureza. Em muitas comunidades ribeirinhas, o senso de segurança está menos ligado à presença policial e mais associado à presença constante do Estado em forma de políticas sociais e serviços públicos de qualidade — escolas, unidades básicas de saúde, transporte e infraestrutura. Quando o Estado se faz presente de maneira contínua e respeitosa, a sensação de pertencimento e proteção é naturalmente fortalecida, reduzindo os fatores de risco associados à violência e à marginalização.

Nesse sentido, o fortalecimento das guardas municipais e dos conselhos comunitários de segurança é essencial para garantir legitimidade local às ações públicas. Esses órgãos, quando bem estruturados e integrados às políticas estaduais e federais, podem atuar como canais permanentes de comunicação entre o governo e a sociedade, promovendo o controle social, a mediação de conflitos e a prevenção da violência. Além disso, a valorização das guardas municipais contribui para a democratização da segurança, tornando-a mais próxima da realidade cotidiana da população e mais sensível às especificidades culturais e territoriais de cada comunidade amazônica.

Portanto, a construção de políticas públicas de segurança na Amazônia exige uma visão ampliada e interdisciplinar, capaz de compreender a segurança como parte de um projeto de cidadania e desenvolvimento sustentável. Mais do que conter a violência, trata-se de prevenir a vulnerabilidade social e fortalecer o tecido comunitário por meio da presença efetiva do Estado e do reconhecimento dos direitos fundamentais de cada cidadão amazônico. Somente dessa forma será possível avançar em direção a uma segurança pública que, além de proteger, também promova a vida, a dignidade e a esperança em um dos territórios mais complexos e estratégicos do Brasil.

PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA

O planejamento governamental é a espinha dorsal da administração pública moderna. Diniz (UEA, 2021) ressalta que um plano de governo eficiente deve alinhar o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) com as metas de segurança cidadã.

Entretanto, o que se observa na Amazônia é uma disjunção entre o planejamento e a execução. Municípios como Presidente Figueiredo, Tefé e Parintins apresentam PPAs que mencionam “segurança pública” apenas como subfunção orçamentária, sem indicadores de impacto ou metas de desempenho. Essa desconexão entre o discurso e a prática é sintoma de um problema estrutural: a baixa capacidade técnica da gestão municipal.

Silva (2022) sustenta que o planejamento público amazônico, quando existente, ainda é orientado por uma lógica burocrática e não estratégica. Isso impede que o orçamento se torne instrumento de transformação social. Já Vasconcelos (2023) enfatiza que o uso de ferramentas tecnológicas, como sistemas georreferenciados (SIG), pode elevar a precisão do planejamento e permitir que os gestores públicos identifiquem zonas críticas de violência e vulnerabilidade.

A ausência de continuidade administrativa é outro fator de ineficiência. Em cada ciclo eleitoral, novos gestores desconstróem planos anteriores, rompendo o princípio da gestão pública como política de Estado. Essa descontinuidade gera desperdício de recursos e enfraquece a credibilidade das instituições.

O planejamento, para ser eficaz, deve ser transversal, participativo e baseado em evidências. Isso significa incorporar diferentes setores e atores sociais, permitindo a construção de planos municipais de segurança pública que reflitam as realidades locais e contem com a participação da sociedade civil organizada.

ORÇAMENTO PÚBLICO, FINANÇAS E RESPONSABILIDADE FISCAL

O orçamento público é a expressão material das escolhas políticas de um governo. Giambiagi e Além (2018) apontam que o orçamento não é apenas um instrumento contábil, mas um mecanismo de planejamento e de controle social. No campo da segurança pública, o orçamento revela a hierarquia das prioridades estatais.

Dados do SICONFI (2024) indicam que o Estado do Amazonas investe mais de 80% de seu orçamento de segurança em despesas de custeio e folha de pagamento, restando menos de 5% para políticas de prevenção, tecnologia e capacitação. Esse modelo orçamentário reativo, voltado à manutenção, é insustentável e reproduz o ciclo da ineficiência.

Trindade (2022) ressalta que os municípios amazônicos enfrentam paralisação orçamentária por dependerem quase integralmente de repasses estaduais e federais. Assim, o poder local torna-se mero executor de políticas alheias, sem autonomia financeira ou capacidade de inovação.

Zogahib (2022) propõe a criação de fundos intermunicipais de segurança pública, inspirados no Sistema Único de Saúde (SUS), para garantir financiamento contínuo e transparente das ações de segurança cidadã. Esses fundos poderiam integrar os Planos Plurianuais Municipais (PPAMs), vinculando repasses federativos ao cumprimento de metas e indicadores locais.

Além disso, Monteiro (2020) defende o fortalecimento dos mecanismos de controle fiscal e transparência, como portais públicos de execução orçamentária e conselhos sociais com poder deliberativo. A democratização das finanças públicas é, portanto, condição indispensável para consolidar uma segurança pública planejada e orientada por resultados.

GOVERNANÇA PÚBLICA E ACCOUNTABILITY NA SEGURANÇA

A governança pública contemporânea se fundamenta na integração de políticas e na participação social. Osborne (2010) define a nova governança como a “arte de coordenar múltiplos atores e interesses em prol do bem público”. Essa concepção rompe com o modelo tradicional de administração pública baseado na hierarquia e no controle, enfatizando a colaboração entre Estado, sociedade civil e iniciativa privada como caminho para maior eficiência, legitimidade e transparência das ações governamentais.

No contexto amazônico, a governança enfrenta desafios adicionais que não se limitam às dimensões institucionais. As grandes distâncias territoriais, a baixa conectividade digital, as dificuldades de transporte e o déficit de capacitação técnica em nível municipal criam um ambiente onde a execução de políticas integradas é dificultada. Muitos municípios da região funcionam com estruturas administrativas reduzidas, e a rotatividade de gestores compromete a continuidade das ações, enfraquecendo a consolidação de práticas de governança sustentável e participativa.

Loureiro (2021) observa que a governança na Amazônia é frequentemente substituída por modelos de gestão hierárquica e autoritária, nos quais o poder decisório se concentra em poucos atores, e a participação popular torna-se meramente simbólica. Para que a governança pública se efetive de forma democrática, é necessário promover governos abertos, comprometidos com a transparência, o diálogo e a corresponsabilidade. Isso implica criar redes cooperativas interinstitucionais que articulem prefeituras, universidades, conselhos comunitários e órgãos estaduais, de modo que a gestão da segurança pública se torne um processo contínuo e não fragmentado.

Vasconcelos (2023) acrescenta que o uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) representa uma ferramenta estratégica para fortalecer

a accountability e ampliar o controle social. Por meio de plataformas digitais, os cidadãos podem acompanhar em tempo real os gastos públicos, a execução de projetos e os indicadores de desempenho das políticas de segurança. Essa transparência tecnológica contribui não apenas para prevenir a corrupção e o desvio de recursos, mas também para aproximar o cidadão do processo decisório, transformando a gestão pública em um espaço de aprendizado coletivo e de fortalecimento da cidadania.

Na prática, a Amazônia ainda carece de mecanismos sólidos de governança local. Poucos municípios possuem Conselhos Municipais de Segurança Pública ativos, e quando existem, enfrentam limitações estruturais, falta de apoio técnico e escassa participação da comunidade. Em Presidente Figueiredo, por exemplo, o conselho funciona apenas de forma formal, sem reuniões periódicas, sem estrutura física adequada e sem instrumentos de deliberação efetiva. Essa ausência de práticas participativas impede que a população exerça seu papel fiscalizador e que as políticas de segurança reflitam as demandas reais do território.

Além disso, a cultura política regional ainda reproduz traços de dependência administrativa e clientelismo, dificultando a consolidação de uma governança autônoma e tecnicamente orientada. A predominância de decisões centralizadas em esferas superiores inibe a criatividade local e reduz o potencial de inovação institucional nos municípios. Superar esse padrão requer investimentos em formação de gestores públicos, incentivo à cooperação intermunicipal e fortalecimento das instituições permanentes de controle social, capazes de garantir a continuidade das políticas independentemente de mudanças eleitorais.

A governança, portanto, deve ser entendida não como sinônimo de burocracia, mas como capacidade de coordenação, transparência e legitimidade social. No contexto amazônico, ela se configura como um desafio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade: o desafio de transformar estruturas frágeis em sistemas eficientes, e a oportunidade de construir um modelo de gestão pública mais participativo, inclusivo e conectado com as realidades locais. Somente por meio de uma governança colaborativa e territorialmente sensível será possível promover uma segurança pública cidadã, capaz de proteger o indivíduo e fortalecer o desenvolvimento social e ambiental da Amazônia.

DISCUSSÃO E ANÁLISE CRÍTICA

A análise revela que a ineficiência da segurança pública amazônica não decorre apenas de falta de recursos, mas da ausência de planejamento sistêmico e governança integrada. O modelo atual é centralizador e pouco adaptável à diversidade territorial.

As políticas públicas precisam ser territorializadas, isto é, moldadas às especificidades locais. Em municípios como Presidente Figueiredo, o fortalecimento da Guarda Municipal e a criação de planos de segurança participativos são alternativas reais para enfrentar o déficit de segurança.

Zogahib (2022) afirma que “a cultura do imprevisto orçamentário é o maior inimigo da eficiência pública”. O desafio é romper com essa cultura e adotar práticas de gestão baseadas em dados, metas e indicadores.

O caminho proposto é o da governança cooperativa, que une planejamento, orçamento e participação social. Isso implica reconhecer a segurança pública não apenas como problema de polícia, mas como direito humano e política de desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo conclui que o planejamento governamental e o financiamento público configuram-se como pilares fundamentais para a eficiência, a continuidade e a sustentabilidade das políticas de segurança pública na Amazônia. A região, marcada por profundas desigualdades socioeconômicas, extensões territoriais de difícil acesso e diversidade cultural e ambiental, exige um modelo de gestão que vá além do imediatismo e da improvisação histórica. Nesse sentido, a integração efetiva entre os instrumentos de gestão — o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) — e as ações municipais de prevenção e cidadania torna-se um eixo estruturante para a formulação de políticas públicas que articulem planejamento, participação social e resultados concretos.

Dessa forma, recomenda-se a criação e consolidação de Fundos Municipais e Intermunicipais de Segurança Cidadã, capazes de garantir autonomia financeira, previsibilidade de recursos e descentralização das ações estratégicas. A implementação de Planos Municipais de Segurança Pública integrados ao PPA deve ser tratada como prioridade, pois assegura que as metas de curto, médio e longo prazo estejam alinhadas às demandas reais das comunidades amazônicas. Além disso, o fortalecimento dos conselhos comunitários e dos mecanismos de controle social emerge como condição indispensável para democratizar as decisões, aumentar a transparência administrativa e consolidar a confiança entre o Estado e a população.

Outro aspecto essencial é a capacitação técnica e continuada dos gestores públicos, abrangendo conhecimentos em finanças, planejamento, governança digital e tecnologias aplicadas à segurança. O uso de Sistemas de Informação Geográfica (SIGs), bancos de dados georreferenciados e plataformas de dados abertos permite o monitoramento inteligente do território, o mapeamento das vulnerabilidades sociais e a construção de indicadores precisos de violência e cidadania. Esses instrumentos tecnológicos favorecem uma gestão pública mais moderna, participativa e orientada por evidências, ampliando a capacidade de resposta do poder público frente às complexidades regionais.

Por fim, reafirma-se que a segurança pública na Amazônia deve ser tratada como um investimento estratégico, e não como uma simples despesa orçamentária. A eficiência, nesse contexto, não se limita à contenção de gastos, mas está diretamente vinculada à ampliação da eficácia social das políticas e à construção

de um modelo de desenvolvimento humano sustentável. Investir em segurança cidadã significa promover educação, cultura, geração de renda e fortalecimento dos vínculos comunitários, transformando o conceito de segurança em sinônimo de dignidade, justiça e paz social. Somente por meio dessa visão integrada e humanizadora será possível consolidar uma Amazônia mais justa, segura, solidária e plenamente cidadã.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018**. Institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

DINIZ, Paulo César Diniz de Araújo. **Gestão da Segurança Pública no Contexto Amazônico**. Manaus: UEA, 2021.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. **Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

LOUREIRO, V.; MAUÉS, A. **Governança e Desenvolvimento na Amazônia: políticas públicas e desafios contemporâneos**. Belém: UFPA, 2021.

MONTEIRO, L. C. **Planejamento e Políticas Públicas no Oeste do Pará**. Santarém: UFOPA, 2020.

SILVA, R. C. **Planejamento Participativo e Gestão Municipal na Amazônia**. Santarém: UFOPA, 2022.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, 2006.

TRINDADE, J. A. **Federalismo e Segurança Pública na Amazônia**. Belém: UFPA, 2022.

VASCONCELOS, Brychtn Ribeiro. **Governança e Tecnologia Aplicada à Segurança Pública na Amazônia**. Manaus: UEA, 2023.

ZOGAHIB, André Luiz Nunes. **Planejamento e Financiamento da Segurança Pública na Amazônia**. Manaus: UEA, 2022.

OSBORNE, S. **The New Public Governance? Emerging Perspectives on the Theory and Practice of Public Governance**. Routledge, 2010.

MISSE, M. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.